

Deputado não aceita elitização do ensino

anc. P. 11

O deputado Dionísio Hage (PFL-PA) defendeu na Comissão da Família, Educação, Ciência e Tecnologia, e Comunicação, da Assembléia Nacional Constituinte, os direitos que têm as famílias pobres de também terem seus filhos em escolas confessionais, Apaes e comunitárias, se o desejarem. "Não aceitamos a elitização da escola brasileira, criando escolas para ricos e escolas para pobres", disse o deputado.

A afirmação de Dionísio Hage foi para deixar bem clara sua posição e, pelo fato de alguns parlamentares membros da Comissão terem insinuado que o deputado paraense era contra o ensino público, quando, na realidade, ele defende uma maior participação dos poderes públicos nas escolas oficiais, sem a exclusão das entidades de ensino de elevado interesse social e, sem fins lucrativos, como as escolas comunitárias, filantrópicas ou confessionais.

No anteprojeto ao substitutivo do relator da Comissão, o deputado Dionísio Hage, juntamente com a maioria dos membros daquela comissão, defende o dispositivo que obriga a União a aplicar anualmente nunca menos de 18% e os estados, o Distrito Federal e os muni-

cipios, 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, inclusive os provenientes de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Estabelece ainda que é vedada a cobrança de taxas ou contribuições educacionais em todas as escolas públicas, além da gratuidade, em todos os níveis.

O deputado Dionísio Hage, reafirmando sua posição de independência, entende que "sempre fui coerente com as minhas teses, tendo externado as mesmas idéias na Subcomissão que tratou do tema". O relator da Comissão (deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), no entanto, segundo o parlamentar paraense, "ao invés de cumprir o seu democrático e nobre papel de resumir o consenso, ou o pensamento da maioria, preferiu tentar impor a sua vontade com um projeto inaceitável".

"Com sucessivos atos antidemocráticos — ressaltou Hage — e demagógicos, típicos de sociedades autoritárias, os seus apoiadores tentaram, em vão, fazer suas idéias prevalecerem contrárias às aspirações da maioria dos representantes do povo brasileiro".

17 JUN 1987

JORNAL DE BRASÍLIA